



# Sumário

---

<b>1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA .....</b>	<b>27</b>
1.1. A família através dos tempos: da gestão masculina autônoma à ingerência estatal .....	27
1.2. O avanço da intervenção estatal e sua ineficiência .....	37
1.3. A família na contemporaneidade .....	58
1.4. O Direito de Família “mínimo” <i>versus</i> Direito da Criança e do Adolescente “máximo” .....	75
<b>2. DAS FAMÍLIAS EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....</b>	<b>81</b>
2.1. Matrimonial .....	81
2.1.1. Conceito .....	81
2.1.2. Capacidade .....	82
2.1.3. Impedimentos.....	87
2.1.3.1. Absolutos .....	87
2.1.3.2. Relativos .....	91
2.1.3.3. Legitimidade para arguir impedimentos.....	94
2.1.3.4. Resumo quanto aos impedimentos matrimoniais .....	95
2.1.4. Modalidades .....	95
2.1.4.1. Civil.....	95
2.1.4.2. Religioso .....	99
2.1.4.3. Por procuração .....	101

2.1.4.4.	Casamento em caso de moléstia grave e nuncupativo ( <i>in extremis</i> ).....	102
2.1.4.5.	Putativo.....	104
2.1.4.6.	Consular.....	106
2.1.4.7.	De estrangeiros.....	106
2.1.5.	Prova.....	106
2.1.6.	Invalidade.....	107
2.1.6.1.	Nulidade.....	108
2.1.6.2.	Anulabilidade.....	111
2.1.6.3.	Quadro comparativo das hipóteses de nulidade e anulabilidade do casamento.....	122
2.1.7.	Eficácia.....	122
2.1.7.1.	Deveres comuns e igualdade conjugal.....	123
2.1.7.2.	Acréscimo do nome.....	124
2.1.7.3.	Dever de fidelidade recíproca.....	125
2.1.7.4.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	126
2.1.7.5.	Dever de vida em comum no domicílio conjugal.....	127
2.1.7.6.	Dever de mútua assistência.....	128
2.1.7.7.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	129
2.1.7.8.	Não fluência dos prazos prescricionais e a possibilidade de usucapião conjugal.....	129
2.1.8.	Resumo dos tópicos abordados.....	130
2.2.	Convivencial (União Estável).....	130
2.2.1.	Conceito e visão histórica.....	130
2.2.2.	Características.....	132
2.2.3.	Requisitos.....	134
2.2.3.1.	Dualidade de sexos.....	135
2.2.3.2.	Publicidade.....	137
2.2.3.3.	Durabilidade.....	139
2.2.3.4.	Continuidade.....	141
2.2.3.5.	Objetivo de constituição de família.....	141
2.2.3.6.	Desnecessidade de coabitação.....	144
2.2.4.	Impedimentos.....	145
2.2.5.	Da inaplicabilidade das causas suspensivas matrimoniais às relações convivenciais.....	146
2.2.6.	Resumo quanto aos requisitos e impedimentos.....	150
2.2.7.	Termo inicial: em que momento o “crush” vira direito?.....	151
2.2.8.	Direitos e deveres.....	154

2.2.9.	Efeitos e conteúdo do contrato ou escritura de convivência.....	157
2.2.10.	Renúncia à herança no contrato ou escritura de convivência .....	165
2.2.11.	Contrato ou escritura pública de namoro enquanto contrato preliminar.....	169
2.2.12.	Necessidade de outorga do convivente para alienação de imóveis.....	172
2.2.13.	Conversão da união estável em casamento.....	175
2.2.14.	Diferenças existentes em relação aos direitos dos cônjuges .....	177
2.3.	Monoparental .....	181
2.3.1.	Conceito .....	181
2.3.2.	Hipóteses .....	181
<b>3.</b>	<b>DAS FAMÍLIAS IMPLICITAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....</b>	<b>185</b>
3.1.	Eudemonista .....	186
3.2.	Unipessoais.....	189
3.3.	Parental .....	192
3.4.	Solidária .....	193
3.5.	Mosaico .....	194
3.6.	Extensa .....	202
3.7.	Homossexual.....	204
3.7.1.	Conceito e disposições gerais .....	204
3.7.2.	Princípios constitucionais aplicáveis à temática.....	208
3.7.3.	O papel da jurisprudência no reconhecimento de direitos aos casais do mesmo sexo.....	214
3.7.4.	A dissolução da união homossexual e seus efeitos jurídicos.....	219
3.7.5.	Filiação nas relações homoafetivas .....	220
3.8.	Simultânea .....	223
3.9.	Poliafetiva.....	239
3.10.	Virtual (“iFamily”) .....	244
3.11.	Coparental.....	253
3.12.	Multiespécie .....	254
3.13.	Resumo dos modelos de família .....	259

<b>4. REGIME DE BENS</b> .....	261
4.1. Conceito e disposições gerais .....	261
4.2. Do pacto antenupcial.....	265
4.2.1. Disposições gerais .....	265
4.2.2. Estabelecimento de cláusulas existenciais .....	267
4.2.3. Celebração de negócios jurídicos processuais.....	272
4.3. Modalidades .....	275
4.3.1. Comunhão parcial de bens .....	275
4.3.2. Comunhão universal de bens.....	296
4.3.3. Separação convencional de bens .....	303
4.3.4. Separação obrigatória de bens.....	307
4.3.5. Participação final nos aquestos .....	315
4.3.6. Regime atípico ou misto .....	317
4.4. Atos que dependem da autorização do cônjuge .....	318
4.5. Atos que independem da autorização do cônjuge.....	324
4.6. Modificação do regime de bens no casamento .....	328
4.7. Modificação do regime de bens na união estável .....	336
4.8. Pactos e contratos pós-nupciais.....	337
<b>5. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL</b> .....	341
5.1. Fim da união e suas dificuldades .....	341
5.2. Dissolução do casamento.....	344
5.2.1. Da indissolubilidade ao direito potestativo ao divórcio.....	344
5.2.2. Da separação e a sua extinção no direito de família contemporâneo .....	348
5.2.3. Divórcio .....	351
5.2.3.1. Procedimento do divórcio litigioso .....	353
5.2.3.2. Divórcio unilateral e liminar .....	357
5.2.3.3. Procedimento judicial do divórcio consensual .....	365
5.2.3.4. Divórcio extrajudicial .....	370
5.2.3.5. Retorno ao nome de solteiro(a) e a modificação dos assentos de nascimento dos filhos.....	374
5.2.3.6. Organograma do divórcio.....	375
5.2.3.7. Divórcio realizado no estrangeiro e suas modificações após a Emenda 66/2010.....	375
5.2.3.8. Divórcio “post mortem” .....	379

5.3.	Dissolução das famílias convivenciais.....	380
5.3.1.	Disposições gerais .....	380
5.3.2.	Organograma da dissolução das famílias convivenciais .....	388
5.3.3.	Distrato diretamente no Cartório do Registro Civil? .....	388
5.4.	Temas relevantes na prática do divórcio e da dissolução da união estável.....	390
5.4.1.	Separação de corpos em sede de tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	390
5.4.2.	Viabilidade da cumulação do reconhecimento de união estável antecedente ao casamento e da ação de divórcio ....	392
5.4.3.	Da fixação de aluguel no caso de utilização exclusiva de bem pendente de partilha .....	394
5.4.4.	Ação de exigir contas entre cônjuges e companheiros.....	400
5.4.5.	Cessão de meação entre os parceiros afetivos ou terceiros..	402
5.4.6.	Partilha das cotas sociais.....	404
5.4.7.	Partilha de bens financiados.....	409
5.4.8.	Partilha de previdência privada.....	412
5.4.9.	Partilha de honorários advocatícios.....	415
5.4.10.	Possibilidade de reconhecimento da separação de fato mesmo com a manutenção de coabitação .....	416
5.4.11.	Desconsideração inversa da personalidade jurídica .....	418
5.4.12.	Prescrição da partilha de bens? .....	421
5.4.13.	Aplicação da pena de sonegados na partilha de bens .....	424
5.4.14.	Postagens do ex-casal nas redes sociais e o direito ao esquecimento.....	427
5.4.15.	Usucapião de meação.....	428
5.4.16.	Danos morais por situações vexatórias .....	432
<b>6.</b>	<b>RELAÇÕES DE PARENTESCO .....</b>	<b>435</b>
6.1.	Conceito e aplicações .....	435
6.2.	O vínculo de parentesco .....	438
6.2.1.	Em linha reta.....	439
6.2.2.	Em linha colateral, transversal ou oblíqua.....	439
6.2.3.	Por afinidade .....	442
<b>7.</b>	<b>FILIAÇÃO .....</b>	<b>445</b>
7.1.	Prova da filiação .....	446
7.2.	Prenome.....	451

7.3.	Filiação matrimonial .....	452
7.4.	Filiação decorrente de relacionamento convivencial ou eventual .....	461
7.4.1.	Reconhecimento dos filhos de forma voluntária .....	461
7.4.2.	Reconhecimento dos filhos de forma oficiosa .....	462
7.4.3.	Reconhecimento dos filhos por via do procedimento previsto no Provimento 16/2012 do CNJ .....	464
7.5.	Filiação decorrente de procedimentos de reprodução assistida .....	467
7.6.	Filiação decorrente de inseminação caseira .....	469
7.7.	Filiação socioafetiva por meio da posse do estado de filho .....	470
7.7.1.	Características gerais .....	470
7.7.2.	Ação declaratória de filiação socioafetiva .....	474
7.7.3.	Parentalidade socioafetiva entre avós e netos ou irmãos .....	482
7.7.4.	Verdade biológica “versus” afetiva: como resolver essa equação? .....	484
7.7.5.	Posse de estado de filho na prática: quais os caminhos possíveis? .....	488
7.7.6.	Irmandade e avosidade socioafetiva .....	490
7.8.	Multiparentalidade .....	491
7.9.	Reconhecimento extrajudicial de filiação socioafetiva e multiparentalidade .....	497
7.10.	Maternidade de substituição .....	504
7.11.	Investigação da parentalidade .....	508
7.12.	Investigação da ancestralidade genômica .....	520
7.13.	Ação negatória de paternidade .....	523
7.14.	Ação anulatória de registro civil .....	527
7.15.	Impugnação imotivada de paternidade .....	528
<b>8.</b>	<b>ADOÇÃO</b> .....	<b>531</b>
8.1.	Conceito e disposições gerais .....	531
8.2.	Pessoas que podem adotar e ser adotadas .....	534
8.3.	Procedimento .....	540
8.4.	Adoção internacional .....	548
8.5.	Adoção dirigida ou <i>intuitu personae</i> .....	550
8.6.	Adoção unilateral .....	553

---

<b>9. FUNÇÃO PARENTAL (PODER FAMILIAR)</b> .....	557
9.1. Conceito.....	557
9.2. Obrigações.....	561
9.3. Usufruto e administração dos bens dos filhos e a possibilidade de ação de exigir contas.....	573
9.4. Suspensão.....	576
9.5. Destituição.....	577
9.6. Abandono afetivo e a obrigação de cuidado inerente à função parental.....	583
9.7. Abandono digital.....	600
9.8. <i>(Over)sharenting</i> e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.....	603
<b>10. GUARDA</b> .....	611
10.1. Conceito.....	611
10.2. Modalidades de guarda.....	612
10.3. A aplicação da guarda compartilhada mesmo em casos de litígio entre os genitores.....	622
10.4. Guarda compartilhada em situações de violência doméstica ou familiar.....	629
10.5. Guarda compartilhada quando os genitores não residem na mesma cidade ou país.....	630
10.6. A excepcionalidade da aplicação da guarda unilateral.....	632
10.7. Exercício do dever de vigilância.....	635
10.8. Alimentos na guarda compartilhada.....	636
10.9. Guarda alternada.....	637
10.10. Guarda compartilhada entre pais e outros parentes.....	638
10.11. Guarda atribuída a terceiros.....	641
<b>11. CONVIVÊNCIA FAMILIAR</b> .....	645
11.1. Conceito e aplicação.....	645
11.2. Da impossibilidade de fixação de regime livre de convivência à luz da doutrina da proteção integral.....	653
11.3. A imperiosa fixação de convivência desde os primeiros meses de vida.....	657

11.4. Legitimidade dos avós, tios e irmãos unilaterais.....	658
11.5. Efetividade .....	661
<b>12. ALIENAÇÃO PARENTAL.....</b>	<b>667</b>
12.1. Características gerais.....	667
12.2. Formas exemplificativas de alienação parental.....	673
12.3. Questões processuais.....	679
12.4. Medidas a serem tomadas .....	687
12.5. Guarda compartilhada como meio de prevenção .....	691
12.6. Abuso afetivo e os danos morais pela prática alienadora .....	693
12.7. Denúncia caluniosa decorrente da falsa denúncia de violência física ou sexual.....	699
<b>13. ALIMENTOS.....</b>	<b>707</b>
13.1. Conceito.....	707
13.2. Classificação quanto à causa jurídica .....	709
13.3. Classificação quanto à natureza.....	711
13.4. Características do direito à prestação alimentícia .....	712
13.4.1. Direito personalíssimo .....	712
13.4.2. Intransferibilidade .....	713
13.4.3. Incompensabilidade.....	714
13.4.4. Irrenunciabilidade .....	716
13.4.5. Impenhorabilidade .....	718
13.4.6. Irrepetibilidade .....	718
13.4.7. Reciprocidade .....	719
13.4.8. Divisibilidade.....	721
13.4.9. Da solidariedade da dívida alimentar em favor da pessoa idosa .....	721
13.4.10. Condicionabilidade.....	722
13.4.11. Alternatividade .....	722
13.4.12. Futuridade .....	724
13.4.13. Transmissibilidade.....	725
13.5. Espécies.....	728
13.5.1. Gravídicos.....	728
13.5.2. Provisórios e provisionais.....	732
13.5.3. Transitórios.....	738

13.5.4. Alimentos <i>intuitu familiae</i> .....	743
13.5.5. Compensatórios .....	744
13.5.6. Definitivos .....	752
13.6. Fixação e base de incidência .....	753
13.7. Fixação em acordo realizado pelo Ministério Público ou Defensoria Pública, pelos advogados ou mediador credenciado .....	766
13.8. Obrigação em favor de filhos crianças e adolescentes .....	769
13.9. Alimentos em favor de filho maior de idade .....	774
13.10. Obrigação em favor de filhos socioafetivos.....	776
13.11. Alimentos decorrentes do final de relacionamento afetivo.....	779
13.12. Obrigação em favor da pessoa idosa .....	783
13.13. Obrigação dos avós .....	787
13.14. Obrigação dos colaterais: do pagamento de alimentos pelos irmãos e da impossibilidade de fixação entre tios e sobrinhos.....	791
13.15. Revisão e exoneração.....	795
13.16. Procedimento indigno do credor .....	803
13.17. Competência.....	805
13.18. Valor da causa .....	807
13.19. Execução.....	807
13.19.1. Execução de título extrajudicial .....	810
13.19.2. Execução de título judicial.....	812
13.19.2.1. Rito da coerção pessoal (prisão) .....	812
13.19.2.2. Rito de constrição patrimonial .....	830
13.19.2.3. Cobrança por ambos os ritos no mesmo procedimento .....	837
13.19.3. Instrumentos de defesa do executado .....	839
13.19.3.1. Disposições gerais.....	839
13.19.3.2. Quadro sobre as possibilidades de defesa do executado nos ritos da expropriação e coerção pessoal .....	843
13.20. Danos morais por inadimplemento alimentar .....	844
13.21. Ação de exigir contas em relação às parcelas alimentares.....	851
13.22. Prescrição .....	860
13.23. A inconstitucionalidade da tributação em pensões alimentícias.....	862
13.24. Questões contemporâneas no direito alimentar .....	866

13.24.1. Ação de regresso para ressarcimento dos valores pagos a título de alimentos gravídicos ou provisionais .....	866
13.24.2. Ação de indenização das despesas adicionais do período da gravidez quando ausente postulação de alimentos gravídicos .....	869
13.24.3. Estipulação de compensação financeira ao genitor com dedicação exclusiva à prole .....	873
13.24.4. Ação de indenização de ressarcimento dos danos materiais pelo inadimplemento alimentar .....	874
<b>14. TUTELA E CURATELA .....</b>	<b>879</b>
14.1. Notas introdutórias quanto ao direito protetivo.....	879
14.2. Tutela.....	880
14.2.1. Conceito e obrigações .....	880
14.2.2. Dos Bens do Tutelado.....	890
14.2.3. Prestação de contas e administração patrimonial.....	891
14.2.4. Cessação da Tutela .....	892
14.3. Curatela .....	892
14.3.1. Do instituto da curatela e as alterações promovidas pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência.....	892
14.3.2. Autocuratela .....	899
14.3.3. Processo de tomada de decisão apoiada.....	902
14.3.4. Das hipóteses excepcionais de curatela.....	909
14.3.5. Levantamento da curatela.....	915
<b>15. ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA .....</b>	<b>917</b>
15.1. “Leva tudo aquilo que eu dei...”: os conflitos familiares e a necessidade de uma intervenção diferenciada.....	917
15.2. Gratuidade de justiça e a possibilidade de pagamento das custas ao final do processo.....	920
15.3. Competência.....	925
15.4. Os fatos na petição inicial e o abandono do paradigma de “novela mexicana” .....	926
15.5. Valor da causa .....	927
15.6. Pedido para riscar expressões negativas nas petições .....	931
15.7. O procedimento diferenciado das ações de família .....	934
15.8. Mediação familiar .....	938

---

15.8.1. Disposições gerais .....	938
15.8.2. A prática da mediação familiar à luz do CPC de 2015 e da Lei da Mediação.....	941
15.8.3. A prática da mediação familiar nos serviços notariais e de registro .....	945
15.9. Negócios jurídicos processuais.....	949
15.10. Distribuição dinâmica do ônus da prova .....	955
15.11. Prova testemunhal .....	963
15.12. Prova pericial e a importância do assistente técnico.....	967
15.12.1. Disposições gerais .....	967
15.12.2. A perícia psicológica e a necessária revisão da Resolução n. 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia .....	972
15.13. A prova ilícita nas demandas familistas.....	975
15.14. <i>Disregard</i> (desconsideração inversa da personalidade jurídica) nas dissoluções afetivas e nas ações de alimentos .....	981
15.15. Abuso do processo e o assédio processual.....	986
15.16. Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i> em ações de família .....	990
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>995</b>